

Editorial



Osvaldo Cabral

osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

Pierre Sousa Lima *to* Açores Global

Proteção aos poderosos

Numa altura em que vários trabalhadores da função pública e de outros setores ainda esperam e lutam pela reposição de carreiras e pagamentos atrasados, como são os casos de enfermeiros, técnicos de terapêutica, assistentes e por aí fora, o governo de Antonio Costa decidiu aumentar o salário dos membros dos gabinetes do governo em 5%. Trata-se de uma reposição de cortes salariais, é certo, com efeitos retroativos a janeiro deste ano, em que os membros dos gabinetes verão devolvidos 25% dos cortes e, a partir de 1 de setembro, mais 25%. Em maio de 2019 receberão outros 25% e, a partir de 1 de dezembro de 2019, o salário será pago por inteiro. Não está em causa a justiça da reposição destes salários. O que é discutível é o critério e a prioridade encontrada pelo governo. Privilegiar pessoal de confiança dos seus gabinetes e arrastar as negociações com outros setores de atividade, ainda por cima com o argumento de que o orçamento não pode suportar outros aumentos salariais, não parece uma medida muito acertada e criteriosa. São estes gestos que provocam a indignação popular e levam a resultados políticos pouco abonatórios para a classe. Para uns há sempre falta de orçamentação. Para outros nunca há problemas. É o caso escandaloso das ajudas à banca, que só na última década já tiveram um impacto de 9,1% do PIB no défice público e de 12,3% do PIB da dívida. Contas feitas, são 17 mil milhões de euros que já custaram aos bolsos dos contribuintes. Os serviços públicos, como a Saúde e a Educação, estão cada vez mais desorganizados e carenciados, mas para a banca os sucessivos governos estão sempre de mãos largas, recapitalizando a Caixa Geral de Depósitos, que os amigos dos políticos deram cabo, ou recorrendo a capitais públicos através de nacionalizações ou injeções de capital, para tapar os buracos deixados pela gestão ruinosa de gente que nunca é responsabilizada. O compadrio vai ao cúmulo de partidos e Banco de Portugal se recusarem a divulgar a lista dos principais incumpridores da banca em dificuldades, os tais que beneficiaram de avultados créditos, com base apenas no conhecimento partidário e nas influências políticas. Para estes impõe-se o silêncio, mas para os pobres contribuintes que devem 7.500 euros já é obrigatório ver o seu nome exposto publicamente. Ao proteger os poderosos, a política só se destrói a si própria e a democracia enfraquece. Não admira, depois, que os cidadãos se afastem da política, dos políticos e das urnas. Um regime podre acaba sempre por sucumbir. O país precisa de novos valores e novos políticos.

(in Diário dos Açores de 29/04/2018)